



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Ministerial
Contador

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, fazer a Prova de Redação e transcrever na Folha de Respostas correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 10.

Juventudes

Pois se ainda ontem eu era jovem, conforme me asseguravam, asseguro-lhes que ainda hoje minha juventude não acabou. Se viesse a acabar, estaria tão velho que não saberia disso – o que significa que serei eternamente jovem. Preciso acrescentar: nada tenho de especial, todos os jovens da minha idade (isto é, acima dos 60) sabem disso. Não adianta os espelhos (por que se espalham por toda parte?) pretenderem mostrar o contrário, jogar-nos na cara nossa imagem envelhecida. Nós sabemos que eles mentem, sabemos que não têm como refletir nosso espírito – daí se vingarem, refletindo tão somente o que aparece.

Vou mais longe: não é que não envelheçamos, com essa mania que tem o tempo de nunca parar; na verdade, quanto mais anos vivemos, mais remoçamos. Alguns vivem até recuperar de vez – para nunca mais largar dela – a liberdade da infância. Enquanto lá não chego (esperando chegar), vou remoçando, remoçando, a ponto dos jovens de dezenove anos me pedirem mais moderação, mais compostura. Toda vez que fazem isso, surpreendo, no fundo de seus olhos, uma inveja incomensurável: inveja da minha adolescência verdadeira.

É verdade que a natureza, que tem lá seus caprichos, gosta de brincar com nossa juventude de sexagenários. Ela faz, por exemplo, o chão parecer mais longe: custa-nos chegar a ele, para apanhar aquela moedinha. Brinca, ainda, com nosso senso de equilíbrio: um volteio mais rápido do corpo e parece que a Terra subitamente acelerou a rotação. E já não podemos saltar imitando um saci, sobre os quadrados marcados a giz na calçada das brincadeiras: mesmo duas pernas mostram-se insuficientes para retomar o equilíbrio.

Enfim: valha esta mensagem para todos os jovens que ainda acreditam na velhice. Bobagem, meus amiguinhos: a velhice não chega nunca, é mais uma ilusão da juventude. Não adianta o corpo insistir em dar todos os sinais de mau funcionamento, inútil insistirem as bactérias em corromper nossos tecidos, inútil os olhos perderem a luz de dentro e a luz de fora: morremos sempre jovens, espantados por morrer, atônitos com essa insistência caprichosa e absurda da natureza, de vir ceifar nossa vida exatamente quando desfrutamos do esplendor de nossa juventude mais madura.

(Adamastor Rugendas, inédito)

1. Mostrando-se convicto de seu próprio conceito de juventude, o autor do texto deseja demonstrar que a velhice
- (A) existe apenas quando tomamos consciência de sua chegada, o que costuma ocorrer com os primeiros sinais da decrepitude física.
 - (B) somente atinge nosso espírito quando tomamos conhecimento dela pela implacável imagem de nós mesmos que os espelhos fornecem.
 - (C) chega primeiro para aqueles que, quando jovens, não se preparam para enfrentar todos os limites e dissabores dos últimos anos da vida.
 - (D) efetivamente nunca chega, pois o espírito é imune a ela e não acusa em si mesmo as carências e as restrições físicas que chegam com o tempo.
 - (E) de fato inexistente para aquele que, mesmo se sentindo velho e acabado, consegue transmitir aos outros uma imagem de jovialidade.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Para o autor do texto, uma evidência de que a velhice não é ilusória está no fato de que os jovens fingem não temê-la e de que os velhos simulam não acreditar nela, sabendo ambos o quanto o tempo é implacável.
- II. No segundo parágrafo, o autor retrata-se do exagero que cometeu no parágrafo anterior, onde afirmou *minha juventude não acabou*, e no terceiro parágrafo confessará que não é pouco penoso ser um sexagenário.
- III. Ao longo do texto, o autor promove uma desvinculação entre o corpo e o espírito, de modo que um sexagenário possa sentir-se intimamente jovem.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se com correção e coerência o sentido do seguinte segmento:

- (A) *Pois se ainda ontem eu era jovem* (1º parágrafo) = mesmo que ontem eu fosse moço
- (B) *não têm como refletir nosso espírito* (1º parágrafo) = não podem espiritualizar nossa imagem
- (C) *até recuperar de vez* (2º parágrafo) = afim de se reabilitar inteiramente
- (D) *uma inveja incomensurável* (2º parágrafo) = um anseio irretroatável
- (E) *desfrutamos do esplendor* (4º parágrafo) = usufruímos a magnificência

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Os espelhos, do ponto de vista das pessoas velhas, não existem se não para mostrá-las os traços indesejáveis de seus rostos, já que o espírito lhes permanece jovem.
- (B) Para o autor do texto, o espírito das pessoas não envelhece: com o correr dos anos, elas passam a se sentir mais e mais jovens.
- (C) É de se confessar que a velhice trás, de fato, alguns resquícios de enfraquecimento, haja visto os desequilíbrios corporais e sua cada vez menor elasticidade.
- (D) O autor chega ao displante de considerar a velhice uma mera ilusão da juventude; parece-lhe, até mesmo, que os sexagenários são mais adolescentes que os mesmos.
- (E) Há alguns velhinhos, de fato, em cujos traços os fazem assemelhados a crianças, razão pela qual o autor considera a possibilidade de um contínuo remoçamento.



5. Considerando-se as normas de concordância verbal, há uma **irregularidade** na frase:
- (A) Não deveriam preocupar aos mais velhos, na opinião do autor do texto, a expectativa de que os muitos anos já vividos acarretam a decrepitude do espírito.
- (B) Falando dos sexagenários, assegura-nos o autor que seu espírito não envelhece, que podem mesmo senti-lo rejuvenescido sob mais de um aspecto.
- (C) Que os desequilíbrios do corpo ou a falta de agilidade não pareçam aos mais velhos o indício de um pleno envelhecimento, pois o espírito não acusa tais fraquezas.
- (D) Não sei o quanto surpreenderá aos jovens o fervor com que o autor se vale de argumentos para considerar que os anos de velhice efetivamente nunca chegam.
- (E) Ao contrário dos mais jovens, a quem surpreendem as ideias do autor, agradecerá aos mais velhos aboná-las como inteiramente naturais.
-
6. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Se a natureza não fosse tão caprichosa, seria bom que possamos ainda brincar nos jogos de calçada, com os quais tanto nos animávamos quando pequenos.
- (B) Quanto mais vivermos, mais remoçaremos, e um dia teremos chegado ao desfrute da liberdade de que gozávamos quando crianças.
- (C) Se o chão parece mais longe agora, dever-se-á isso ao fato de que nosso corpo começasse a se ressentir dos limites que nos impõem os muitos anos de vida.
- (D) Esperemos que esta mensagem viesse a contribuir para que todos os jovens que acreditassem na velhice possam mudar de opinião.
- (E) Melhor será se a morte não tivesse a má ideia de vir interromper nossa vida justamente quando estivermos desfrutando do esplendor da última juventude.
-
7. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) O autor do texto sem dispensar o humor, defende um ponto de vista curioso, segundo o qual a velhice, normalmente uma idade temida, e estigmatizada, não passa de mais uma ilusão da juventude.
- (B) O autor do texto, sem dispensar o humor defende um ponto de vista curioso, segundo o qual a velhice normalmente, uma idade temida e estigmatizada não passa de mais uma ilusão, da juventude.
- (C) O autor do texto, sem dispensar o humor defende um ponto de vista, curioso, segundo o qual a velhice, normalmente uma idade, temida e estigmatizada, não passa de mais uma ilusão da juventude.
- (D) O autor do texto, sem dispensar o humor, defende um ponto de vista curioso, segundo o qual a velhice, normalmente uma idade temida e estigmatizada, não passa de mais uma ilusão da juventude.
- (E) O autor do texto, sem dispensar o humor, defende um ponto de vista curioso, segundo o qual, a velhice normalmente uma idade temida e estigmatizada, não passa de mais uma ilusão da juventude.
-
8. Está plenamente adequado o emprego de **ambos** os segmentos sublinhados em:
- I. Os anos da velhice, em cujo peso ninguém descredita, parecem ao autor tão ou mais amenos quanto os da juventude.
- II. O preço do passar dos anos, paga-lhe o corpo com os limites e carências de que passa a acusar, mas o espírito segue inabalável.
- III. A despeito da má fama de que a velhice é vítima, vivê-la bem é preferível a aproveitar mal a mocidade.
- Atende ao enunciado SOMENTE o que está em
- (A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.
-
9. **Ambas** as frases admitem transposição para a voz **passiva** em:
- (A) **Não renego a mal afamada velhice e Alguém invejará os velhos?**
- (B) **Vou mais longe que você e A natureza tem seus caprichos.**
- (C) **O tempo brinca com a juventude e O passar dos anos não lhe fez mal.**
- (D) **Que os jovens acreditem em mim e Sinto-me mais moço do que ele.**
- (E) **A natureza não nos poupa e O espírito segue confiante.**
-
10. O **mau emprego** do elemento sublinhado torna **incoerente** a seguinte frase:
- (A) Conquanto não tema a velhice, o autor não deixa de reconhecer os agravos físicos da idade.
- (B) Ele não teme a velhice, por mais que tantos se ponham a execrá-la.
- (C) Não obstante a decrepitude do corpo, o espírito ainda desfruta de todo o seu vigor.
- (D) Ele vê a velhice com simpatia, porquanto não sentiu envelhecer o espírito.
- (E) Louvo a velhice, a despeito de alguns verem nela algumas benesses.
-
- Matemática e Raciocínio Lógico**
11. Um motor funciona durante 3 horas consecutivas com 1 litro do combustível A, e 2,5 horas consecutivas com 1 litro do combustível B. Admita que esse motor funcione com qualquer mistura dos combustíveis A e B, e sempre com rendimento diretamente proporcional ao tempo de funcionamento com cada combustível quando utilizado isoladamente. O tempo de funcionamento desse motor com uma mistura de 500 mL de combustível A e 500 mL de combustível B será de 2 horas e
- (A) 42 minutos.
(B) 52 minutos.
(C) 48 minutos.
(D) 40 minutos.
(E) 45 minutos.



<p>12. O número 40 é dividido em três parcelas positivas. A maior das três parcelas deixa resto 4 na divisão por 8. A parcela de valor intermediário deixa resto 1 na divisão por 8. Nas condições dadas, a menor das três parcelas é igual a</p> <p>(A) 4 (B) 3 (C) 2 (D) 5 (E) 1</p>	<p style="text-align: center;">Legislação (Estatuto do Ministério Público do Estado do Maranhão)</p> <p>16. Os recursos próprios originários de taxa de inscrição, para os concursos públicos promovidos pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, serão utilizados para</p> <p>(A) aprimoramento dos concursos públicos realizados pelo Governo do Estado do Maranhão. (B) programas vinculados à finalidade da Instituição, vedada outra destinação. (C) fundo de despesa estadual criado para a contratação de estagiários para o Governo do Estado do Maranhão. (D) financiamento de projetos do Governo do Estado relacionados a carreiras de Estado. (E) cobertura de custos de processos administrativos que envolvam servidores e membros do Ministério Público.</p>
<p>13. Álvaro assumiu uma dívida de x reais em janeiro. Em fevereiro ele pagou $\frac{3}{5}$ dessa dívida. Em março, pagou metade do que ainda devia e, em abril, quitou a dívida, tendo de acrescentar ao pagamento 20% de juros sobre o valor da dívida que havia assumido em janeiro. Se o valor total pago por Álvaro em abril para quitar sua dívida (incluindo os juros) foi de R\$ 1.280,00, então x é igual a</p> <p>(A) R\$ 3.150,00 (B) R\$ 2.820,00 (C) R\$ 3.200,00 (D) R\$ 3.300,00 (E) R\$ 3.050,00</p>	<p>17. Sobre o Procurador-Geral de Justiça é correto afirmar que</p> <p>(A) é nomeado pelo Governador do Estado para mandato de um ano. (B) é vedada a sua recondução para mais um período de mandato. (C) sua destituição deverá ser precedida de autorização de um terço dos membros da Assembleia Legislativa. (D) a ele compete presidir o processo eleitoral interno para a escolha dos Subprocuradores-Gerais de Justiça para assuntos jurídicos e administrativos. (E) poderá ter em seu gabinete membros do Ministério Público da mais alta evidência ou com mais de cinco anos de carreira.</p>
<p>14. Em uma folha quadrada de papel, foram traçadas 3 linhas paralelas a um dos lados da folha e outras 3 linhas perpendiculares às linhas já traçadas de forma a surgirem 16 pequenos quadrados idênticos em seu interior. Algumas fichas serão colocadas nos pequenos quadrados de acordo com a seguinte regra:</p> <ul style="list-style-type: none">– não se pode colocar mais de uma ficha em cada pequeno quadrado;– não se pode colocar mais do que três fichas em cada linha, coluna ou diagonal da folha de papel. <p>Nas condições dadas, o número máximo de fichas que se pode colocar sobre a folha quadrada de papel é</p> <p>(A) 10 (B) 11 (C) 9 (D) 12 (E) 8</p>	<p>18. Conforme disposto na Lei Complementar nº 13/91, considera-se órgão de execução do Ministério Público</p> <p>(A) o Promotor de Justiça Substituto. (B) o Corregedor-Geral de Justiça. (C) a Ouvidoria do Ministério Público. (D) a Escola Superior do Ministério Público. (E) o Centro de Apoio Operacional.</p>
<p>15. O recipiente A possui 10 litros de água, e o recipiente B está vazio. A água pode ser transferida do recipiente A para o B (e do B para o A) livremente apenas com o uso de duas canecas, com capacidades de 3 e 5 litros. O número mínimo de transferências de água entre os recipientes até que o recipiente B fique com 4 litros de água é</p> <p>(A) quatro. (B) seis. (C) cinco. (D) três. (E) dois.</p>	<p>19. Para os fins da Lei nº 9.784/99, é denominada unidade de atuação dotada de personalidade jurídica</p> <p>(A) o órgão. (B) a autoridade. (C) o Ministério Público. (D) a Câmara de Recurso do Processo Administrativo. (E) a entidade.</p> <p>20. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão,</p> <p>(A) a prestação de serviços gratuitos é facultada aos servidores. (B) cargo público é aquele criado por lei para provimento efetivo e não comissionado. (C) a investidura em cargo público ocorrerá com a entrada em exercício. (D) a investidura em cargo público impõe aprovação prévia em concurso público, ressalvados os casos de nomeação para cargos de livre nomeação e exoneração. (E) o concurso público será válido por dois anos a contar da publicação do resultado final.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Financeira e Orçamentária**

21. Considere que determinado ente público, para o orçamento de 2013, não estabeleceu ressalvas para limitação de despesa, na hipótese da ocorrência do descumprimento das metas de resultado primário ou nominal. Assim, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, NÃO serão objeto de limitação as despesas
- (A) com investimentos nas empresas estatais.
 - (B) que constituam obrigações assumidas nos últimos dois quadrimestres do mandato do governo anterior.
 - (C) que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
 - (D) com a folha de pagamento de pessoal da administração direta.
 - (E) que acarretem a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental.
-
22. Consoante Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, os critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada na hipótese da realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, constarão da Lei
- (A) de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) Orçamentária Anual.
 - (C) Plano Plurianual.
 - (D) de Créditos Adicionais.
 - (E) Fiscal e Seguridade Social.
-
23. A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Assim, nos termos da Constituição Federal, não se inclui na proibição autorização para
- (A) contratação de empresas, por dispensa de licitação, para realização de despesas urgentes e imprevisíveis.
 - (B) contratação de pessoal, em caráter emergencial.
 - (C) abertura de créditos especiais e extraordinários, quando se tratar de despesas urgentes e imprevisíveis.
 - (D) ajuda financeira a outro ente da federação, quando se tratar de situações de calamidade pública decorrente de fenômenos da natureza.
 - (E) abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
-
24. Correspondem a vedações, aos orçamentos, previstas na Constituição Federal:
- I. O início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.
 - II. O refinanciamento da dívida pública não incluído na Lei Orçamentária e nas de crédito adicional.
 - III. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
 - IV. A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
 - V. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada em valores superiores à variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou em legislação específica.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e V.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I, IV e V.
 - (E) II e III.
-
25. No âmbito do setor público, sob o aspecto orçamentário, as multas de trânsito arrecadadas durante o exercício são classificadas na origem de receita
- (A) administrativa.
 - (B) patrimonial.
 - (C) tributária.
 - (D) taxa de fiscalização de trânsito.
 - (E) outras receitas correntes.



26. Com relação aos créditos adicionais, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, é correto afirmar:

- (A) A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
- (B) A anulação total ou parcial de despesas empenhadas e não pagas é fonte para abertura de créditos adicionais.
- (C) O excesso de receita extraorçamentária poderá ser utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais.
- (D) Os créditos suplementares e especiais são aqueles que se destinam a reforço de dotação orçamentária.
- (E) A abertura de créditos extraordinários deve estar autorizada na Lei Orçamentária Anual.

Atenção: Considere os dados abaixo para responder às questões de números 27 a 29.

A Lei Orçamentária Anual – LOA de determinado ente público, para o exercício de 2012, inicialmente autorizou despesas mediante dotações orçamentárias, no valor total de R\$ 10.000:

Despesas Orçamentárias Autorizadas	Valores
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	2.500
3.2.90.21.00 – Juros sobre a Dívida por Contrato	600
3.3.90.30.00 – Material de Consumo	900
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.000
3.3.90.37.00 – Locação de Mão de Obra	2.000
4.4.90.61.00 – Aquisição de Imóveis	3.000
Total	10.000

Durante o exercício de 2012, ocorreram as seguintes operações:

- abertura de crédito suplementar na dotação “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, mediante excesso de arrecadação R\$ 1.500
- abertura de crédito especial na dotação “Material Permanente”, mediante excesso de arrecadação R\$ 1.000
- abertura de crédito suplementar na dotação “Locação de Mão de Obra”, mediante anulação parcial da dotação “Material de Consumo” R\$ 500
- empenho de despesa com pessoal R\$ 1.800
- empenho de despesa com material de consumo R\$ 300
- empenho de despesa com locação de Mão de Obra R\$ 2.200
- empenho de despesa com aquisição de dois veículos R\$ 800

27. Após a abertura dos créditos adicionais, as despesas autorizadas para o exercício de 2012 totalizaram

- (A) 5.700
- (B) 11.000
- (C) 11.500
- (D) 12.500
- (E) 13.000

28. No exercício de 2012, a dotação “Material de Consumo” apresentou um saldo não empenhado no valor de

- (A) 1.400
- (B) 600
- (C) 400
- (D) 100
- (E) 300



29. O total das despesas de capital empenhadas no exercício de 2012 foi de
- (A) 800
 - (B) 1.100
 - (C) 3.000
 - (D) 3.300
 - (E) 4.000
-
30. A Prefeitura Municipal de Sol Quente do Sul recebeu transferência financeira do Estado, no valor de R\$ 10.000,00 destinado a construção de uma escola pública de ensino fundamental no bairro Águas Mornas. Sob o aspecto orçamentário, o empenho emitido pelo município para construção da escola deve ser classificado em despesa
- (A) patrimonial.
 - (B) corrente.
 - (C) capital.
 - (D) transferências de capital.
 - (E) imobilizado.
-

Contabilidade Geral

31. Dadas as afirmativas abaixo:
- I. Por ser gratuita e não derivar das atividades principais da entidade, a Subvenção, quando do recebimento, deve ser reconhecida diretamente em conta do Patrimônio Líquido.
 - II. Qualquer que seja o tipo de subvenção ou assistência governamental recebida pela entidade deve ser creditado diretamente na conta Reserva de Capital.
 - III. Se a subvenção ocorrer por doação de imobilizado deve ser registrada diretamente a crédito da conta de Reserva de Incentivo Fiscal.
- Está INCORRETO o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
-

32. Evento que representa um fato contábil misto:
- (A) compra à vista de estoques de mercadorias.
 - (B) pagamento de dívidas com multa por atraso.
 - (C) aquisição de imobilizado totalmente financiado.
 - (D) aplicação financeira a prazo fixo por 4 anos.
 - (E) aumento de capital com saldos de Reservas.
-

33. A Cia. ABC detém 80% do capital total da Cia. XYZ. No decorrer do exercício de 2011, a empresa investida vende para a sua controladora estoques de mercadorias no valor de R\$ 100.000, obtendo uma margem de lucro de 50% nessa operação. Ao final do período, a controladora informa que havia repassado a terceiros por R\$ 200.000, parte destes estoques, mantendo ainda em seus ativos R\$ 20.000 relativos a essa aquisição.

No processo de elaboração das demonstrações consolidadas, o responsável pelos registros do consolidado, ao elaborar seus papéis de trabalho, deve

- (A) eliminar um total de R\$ 130.000 do Custo das Mercadorias Vendidas.
 - (B) lançar um débito de R\$ 80.000 na conta de Receita de Vendas.
 - (C) estornar o valor de R\$ 50.000 em conta do Patrimônio Líquido.
 - (D) contabilizar na apuração do Resultado um lucro não realizado de R\$ 20.000.
 - (E) reconhecer um crédito de R\$ 10.000 na conta de Estoque de Mercadorias.
-



34. Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto, são tratados como ajuste de resultado
- (A) as perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa e as comissões e prêmios pagos antecipadamente mesmo, quando classificadas no circulante.
 - (B) as perdas estimadas para redução ao valor recuperável dos estoques e as recuperações de perdas com clientes.
 - (C) os ganhos com alienação de imobilizado e as perdas estimadas para redução ao valor recuperável de imobilizados em andamento.
 - (D) depreciação anual de propriedades para investimentos e gastos com pesquisas de mercado e de opinião.
 - (E) mais valia sobre os ativos líquidos das investidas – ágio por rentabilidade futura e depreciações e amortizações acumuladas de imobilizados.
-
35. Os dividendos distribuídos e pagos por empresa controlada há mais de 10 anos são registrados como débito de Caixa e têm como contrapartida um crédito na conta
- (A) Outras Receitas Operacionais – Receitas de Dividendos.
 - (B) Participação Permanente em outras Sociedades.
 - (C) Receitas de Operações não Correntes.
 - (D) Ganhos e Perdas em Itens Monetários.
 - (E) Resultado de Equivalência Patrimonial.
-
36. A empresa Vitória Regia S.A. adquiriu dois CDBs junto ao Banco do Povo S.A.. O primeiro CDB a empresa pretende resgatá-lo no final do prazo do papel e o segundo CDB refere-se a recursos que serão utilizados durante a vigência do papel. Dessa forma, a empresa deve registrar os papéis classificando-os, respectivamente, como
- (A) disponível para venda, apropriando o rendimento pelo custo amortizado; disponível para venda, apropriando o rendimento pelo valor justo.
 - (B) mantido até o vencimento, apropriando o rendimento pelo valor justo; e disponível para venda, apropriando o rendimento pelo valor justo.
 - (C) mantido até o vencimento, apropriando o rendimento pelo custo amortizado; e mantido até o vencimento, apropriando o rendimento pelo custo amortizado.
 - (D) disponível para venda, apropriando o rendimento pelo valor justo; disponível para venda, apropriando o rendimento pelo valor justo.
 - (E) mantido até o vencimento, apropriando o rendimento pelo custo amortizado; e disponível para venda, apropriando o rendimento pelo valor justo.
-
37. A empresa Flutuação S.A. registrou a perda de valor recuperável líquido de seus estoques, no ano de 2012. No ano de 2013, a recuperação dos mercados permitiu que os estoques viessem a se valorizar e, conseqüentemente, anulou a perda de valor recuperável contabilizada em 2012. Dessa forma, deve a empresa
- (A) reverter a perda ou despesa registrada no resultado.
 - (B) reverter a perda registrada no custo dos estoques contra os estoques.
 - (C) estornar a perda de valor recuperável do ativo para os custos dos estoques.
 - (D) transferir a despesa ou perda para outras receitas operacionais no resultado.
 - (E) transferir a perda para o custo dos estoques no resultado.
-
38. Uma das possíveis taxas a ser utilizada para realização do ajuste a valor presente de ativos e passivos é a taxa
- (A) do custo médio de capital ponderado, líquida dos efeitos fiscais.
 - (B) interna de inflação, após o imposto de renda e contribuição social.
 - (C) de indexação dos impostos, para ajuste de todos os tributos a compensar.
 - (D) da transação efetuada, antes dos efeitos fiscais.
 - (E) do custo financeiro dos empréstimos de longo prazo, combinado com a inflação interna.



39. A empresa Energy S.A. foi solicitada a instalar filtros de fumaça em sua fábrica, em decorrência de nova legislação. A empresa não fez a instalação. Nesta situação, deve a empresa
- (A) reconhecer provisão no passivo não circulante, pelo valor presente do custo de instalação estimado.
 - (B) provisionar os valores das potenciais multas que a empresa possa vir a sofrer.
 - (C) registrar contas a pagar pelo valor do orçamento do filtro de fumaça.
 - (D) manter os registros contábeis sem qualquer reconhecimento de provisão para este evento.
 - (E) constituir provisão no passivo circulante, pelo valor do custo de instalação estimado.
-
40. A empresa Fusão S.A. adquiriu a empresa Partilha S.A. com objetivo de combinar seus negócios. No processo de aquisição foram gastos pela empresa Fusão honorários com contratação de advogados, contabilistas, auditores e outros. Esses valores devem ser contabilizados como
- (A) redutores do Capital Social.
 - (B) custo do investimento.
 - (C) despesa no resultado.
 - (D) custo do imobilizado.
 - (E) despesa diferida.
-

Contabilidade Pública

41. É objetivo da contabilidade aplicada ao setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas, e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social:
- (A) fornecer ao controle interno do respectivo poder informações sobre qualquer irregularidade e ilegalidade que for detectada.
 - (B) fornecer aos usuários informações sobre resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações.
 - (C) avaliar os resultados alcançados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade do setor público.
 - (D) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da entidade do setor público.
 - (E) exercer o controle sob o aspecto da legalidade e legitimidade da gestão orçamentária, econômica, financeira e patrimonial da entidade do setor público.
-

Atenção: A Lei Orçamentária estima a receita e fixa a despesa para um determinado período. Tomando por base a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, responda as questões de números 42 e 43.

42. No registro contábil da **previsão** da receita orçamentária, as contas a serem debitadas e creditadas são, respectivamente:
- (A) debita: Receita a Realizar e credita: Receita Prevista.
 - (B) debita: Previsão Inicial da Receita e credita: Receita a Realizar.
 - (C) debita: Receita Estimada e credita: Receita Prevista.
 - (D) debita: Receita a Realizar e credita: Previsão Inicial da Receita.
 - (E) debita: Previsão Inicial da Receita e credita: Receita a Receber.
-
43. No registro contábil da **fixação** da despesa orçamentária, as contas a serem debitadas e creditadas são, respectivamente:
- (A) debita: Crédito Disponível e credita: Crédito Inicial.
 - (B) debita: Crédito Inicial e credita: Crédito Disponível.
 - (C) debita: Crédito Disponível e credita: Despesa a Realizar.
 - (D) debita: Crédito Inicial e credita: Despesa a Realizar.
 - (E) debita: Despesa a Realizar e credita: Despesa Fixada.
-



Atenção: Com relação ao Balanço Orçamentário e Financeiro, encerrado ao final de cada exercício financeiro, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, considere os dados abaixo para responder as questões de números 44 a 48.

A Lei Orçamentária Anual – LOA aprovada para o exercício de 2012 de determinado ente público apresentou por categoria econômica as seguintes receitas e despesas:

Receitas Previstas	Valor	Despesas Fixadas	Valor
Corrente	32.000	Corrente	29.000
Capital	20.000	Capital	23.000
Total Geral	52.000	Total Geral	52.000

Durante o exercício financeiro de 2012 foram realizadas as seguintes operações:

- empenho de despesas com aquisição de imóveis R\$ 9.000
- recebimento de receitas tributárias R\$ 23.000
- empenho de despesas de pessoal e encargos sociais R\$ 16.000
- empenho de despesas com locação de imóveis R\$ 10.000
- recebimentos de receitas imobiliárias R\$ 18.000
- empenho de despesas com construção de um hospital público R\$ 10.000
- recebimentos de receitas de empréstimos de longo prazo R\$ 6.000
- empenho de despesas com aquisição de móveis para escritório R\$ 3.000
- recebimento de receitas de alienação de bens imóveis R\$ 11.000
- recebimento, em doação, do governo federal de dois imóveis R\$ 20.000

44. O resultado de execução apurado no Balanço Orçamentário de 2012 foi um

- (A) superávit de R\$ 10.000.
- (B) déficit de R\$ 5.000.
- (C) superávit de R\$ 15.000.
- (D) superávit de R\$ 9.000.
- (E) déficit de R\$ 3.000.

45. O Balanço Orçamentário de 2012 demonstra que houve uma economia orçamentária de

- (A) 10.000
- (B) 9.000
- (C) 6.000
- (D) 5.000
- (E) 4.000

46. A arrecadação das receitas correntes apresentou

- (A) insuficiência de arrecadação de R\$ 3.000.
- (B) insuficiência de arrecadação de R\$ 5.000.
- (C) excesso de arrecadação de R\$ 6.000.
- (D) excesso de arrecadação de R\$ 9.000.
- (E) excesso de arrecadação de R\$ 15.000.

47. Considerando que, do total das despesas de capital empenhadas foi pago o valor de R\$ 15.000, conclui-se que o montante das despesas de capital inscrito em restos a pagar é, de

- (A) 1.000
- (B) 4.000
- (C) 7.000
- (D) 11.000
- (E) 23.000



48. Com relação ao Balanço Financeiro do exercício de 2012, o saldo do disponível (caixa e bancos) do exercício anterior era de R\$ 20.000. Considerando que apenas as despesas de capital empenhadas não foram totalmente pagas, ou seja, foi pago o valor de R\$ 15.000, conclui-se que o disponível para o exercício seguinte totalizou
- (A) 17.000
 - (B) 30.000
 - (C) 37.000
 - (D) 42.000
 - (E) 52.000

Atenção: Considere os dados abaixo para responder às questões de números 49 a 51.

Determinada entidade pública, no mês de maio de 2013, realizou as seguintes operações:

– despesa com aquisição de dois veículos a prazo	R\$ 9.000
– despesa com aluguel de imóvel	R\$ 8.000
– receita de taxas diversas	R\$ 3.000
– receita com obtenção de empréstimo de longo prazo	R\$ 7.000
– receita de impostos recebida concomitante ao fato gerador	R\$ 6.000
– despesa com amortização de dívida de longo prazo	R\$ 2.000
– despesa com serviços de manutenção de elevadores	R\$ 4.000
– receita com alienação de bens imóveis	R\$ 11.000
– doação de um terreno à Santa Casa de Misericórdia	R\$ 10.000

49. As variações patrimoniais quantitativas aumentativas totalizam
- (A) 6.000
 - (B) 7.000
 - (C) 9.000
 - (D) 11.000
 - (E) 16.000

50. As variações patrimoniais quantitativas diminutivas somam
- (A) 10.000
 - (B) 12.000
 - (C) 14.000
 - (D) 16.000
 - (E) 22.000

51. As receitas e despesas que provocaram variações patrimoniais qualitativas somam, respectivamente:
- (A) 7.000 e 2.000
 - (B) 9.000 e 22.000
 - (C) 16.000 e 12.000
 - (D) 18.000 e 11.000
 - (E) 27.000 e 33.000



52. Acerca das demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16), considere:
- I. O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas de natureza orçamentárias e extraorçamentárias confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado financeiro.
 - II. O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.
 - III. O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e contas de compensação, evidencia as receitas e as despesas orçamentárias e a situação patrimonial da entidade pública.
 - IV. O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
 - V. O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, III e V.
 - (D) II e III.
 - (E) I e IV.
-
53. O patrimônio público sob o enfoque contábil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T 16, é estruturado nos seguintes grupos:
- (A) ativos, passivos e contas de compensação.
 - (B) ativos, passivos e demonstração das variações patrimoniais.
 - (C) ativos e passivos financeiros, permanentes e contas de compensação.
 - (D) ativos, passivos e patrimônio líquido.
 - (E) orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais.
-
54. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Nestas condições, nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, entende-se por circulante:
- (A) os bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.
 - (B) o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público.
 - (C) os bens disponíveis para realização imediata e os valores exigíveis após o término do exercício seguinte.
 - (D) o conjunto de bens e direitos realizáveis a longo prazo e as obrigações exigíveis a curto prazo.
 - (E) o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.
-
55. O sistema contábil, nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, está estruturado em subsistemas de informações. Dentre eles, é correto afirmar:
- (A) compensação – registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos produzam variações qualitativa e quantitativa no patrimônio público.
 - (B) orçamentário – registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados aos ingressos e aos desembolsos financeiros.
 - (C) patrimonial – registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
 - (D) fluxo de caixa – registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados aos ingressos e aos desembolsos financeiros de natureza orçamentária e extraorçamentária.
 - (E) variações patrimoniais – registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos produzam alterações ou modificações no patrimônio público.

**Auditoria Governamental**

56. No âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, dentre outros, constituem objetos de exames realizados, nos órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta Federal e entidades privadas:
- I. as demonstrações contábeis dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
 - II. a arrecadação, a restituição e as renúncias de receitas de tributos federais.
 - III. os processos de admissão e desligamento de pessoal e os de concessão de aposentadoria, reforma e pensão.
 - IV. o julgamento das contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
 - V. a execução dos planos, programas, projetos e atividades que envolvam aplicação de recursos públicos federais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) II e III.
- (E) I, II, IV e V.

57. A abrangência de atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende as atividades de gestão das unidades da Administração Direta e entidades da Administração Indireta Federal. Dentre as pessoas sujeitas à atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal mediante processo de prestação de contas, estão

- (A) os responsáveis por entidades ou organizações, de direito público ou privado, que se utilizem de contribuições para fins sociais, recebam subvenções ou transferências à conta do Tesouro.
- (B) aqueles que arrecadem, gerenciem ou guardem dinheiros, valores e bens da União, ou que por eles respondam.
- (C) aqueles que, estipendiados ou não pelos cofres públicos, e que, por ação ou omissão, derem causa a perda, subtração, extravio ou estrago de valores, bens e materiais da União pelos quais sejam responsáveis.
- (D) os ordenadores de despesas das unidades da Administração Direta Federal.
- (E) os ordenadores de despesas das entidades da Administração Indireta Federal.

58. As atividades a cargo do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal são exercidas mediante a utilização de técnicas próprias de trabalho, as quais constituem-se no conjunto de processos que viabilizam o alcance dos macro-objetivos do Sistema. Assim, pode-se afirmar que as técnicas de controle são as seguintes:

- (A) papeis de trabalho e relatório de auditoria.
- (B) auditoria, tomada de contas e prestação de contas.
- (C) inspeção e auditoria.
- (D) auditoria e fiscalização.
- (E) inspeção, fiscalização e prestação de contas.

59. Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, dentre outros, nos termos da Constituição Federal,

- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (B) apreciar as contas prestadas anualmente pelos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal.
- (C) apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional.
- (D) fiscalizar as declarações de bens e rendas apresentadas pelos diretores de empresas contratadas pela Administração Direta e Indireta Federal.
- (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

60. No âmbito da Administração Direta e Indireta Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida, nos termos da Constituição Federal

- (A) pelo Tribunal de Contas da União, com auxílio da Secretaria de Controle Interno Federal.
- (B) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo Sistema de Controle Interno de cada Poder.
- (C) pela Controladoria-Geral da União, mediante controle externo, e pelo Sistema de Controle Interno de cada Poder.
- (D) pela Câmara dos Deputados, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (E) pelo Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e Secretaria de Controle Interno Federal.

**Discursiva – Redação**

- Atenção:**
- Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.
 - Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora.

Numa acepção mais ampla, patrimônio público é o conjunto de bens e direitos que pertencem não a um determinado indivíduo ou entidade, mas a todos os cidadãos, para os quais o Estado e a Administração existem.

(Garcia, Mônica Nicida. Patrimônio público. In: Escola Superior do Ministério Público da União. **Dicionário de direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php>>. Adaptação)

Com base no que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

O Ministério Público e a defesa do patrimônio comum

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	